



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 66933 - MG (2021/0221962-5)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : D M DE C  
**ADVOGADOS** : WILTON DE JESUS DA SILVA - MG146462  
CAMILA FERNANDA DA SILVA FELIX - MG142685  
**RECORRIDO** : ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PROCURADOR** : SHEILA GLÓRIA SIMÕES MURTA E OUTRO(S) - MG042017

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de liminar, interposto, com base no art. 105, inciso II, *b*, da Constituição Federal e art. 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil, por D M DE C contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS que denegou o *writ*.

A recorrente impetrou mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais alegando que (fl. 433):

[...] em face do ato do Magistrado Primevo, não só tendo em vista a notável ofensa ao direito líquido e certo da Recorrente de se ver amparada pelo Estado, mas também diante da morosidade de remessa dos autos com possibilidade de ocorrência de prejuízo irreparável à Recorrente.

Com a denegação da ordem, interpõe o presente recurso ordinário e requer a concessão da liminar "solicitando o afastamento por completo do irmão da Recorrente, reformando a decisão da Exma. Desembargadora no que diz respeito a não análise das medidas protetivas de urgência" (fl. 431).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em recurso em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. A recorrente não comprovou o risco de dano

irreparável.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar – análise da medida protetiva – confunde-se com o próprio mérito do recurso, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente